



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

MATHEUS DA COSTA SANTOS

**ENVIASECENDO A CIÊNCIA DA LINGUAGEM: O FENÔMENO DA
LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE
TRANSGRESSÃO**

ACARAPE-CE

JAN/2023

MATHEUS DA COSTA SANTOS

**ENVIASECENDO A CIÊNCIA DA LINGUAGEM: O FENÔMENO DA
LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE
TRANSGRESSÃO**

Monografia apresentada como requisito para a
obtenção do título de Licenciado em Letras -
Língua Portuguesa, na Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro
Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Gislene Lima Carvalho

ACARAPE/CE
JAN/2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Santos, Matheus da Costa.

S237e

Enviadescendo a ciência da linguagem: o fenômeno da linguagem não-binária como ferramenta pedagógica de transgressão / Matheus da Costa Santos. - Acarape, 2023.

47fl: il.

Monografia - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Linguagens e Literaturas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gislene Lima Carvalho.

1. Linguagem. 2. Linguagem e identidade. 3. Educação. I.
Título

CE/UF/BSCA

CDD 400

MATHEUS DA COSTA SANTOS

**ENVIASESCENDO A CIÊNCIA DA LINGUAGEM: O FENÔMENO DA
LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE
TRANSGRESSÃO**

Monografia apresentada como requisito para a
obtenção do título de Licenciado em Letras -
Língua Portuguesa, na Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro
Brasileira, Campus Ceará.

Aprovado em: 30/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Gislene Lima Carvalho (Orientadora)

Vinculada ao Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL) da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profª Drª Luma Nogueira de Andrade

Vinculada ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira

Profª Drª Antonia Suele de Souza Alves

Vinculada ao Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL) da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

À minha ancestralidade, que me proporcionou estar aqui apresentando e disputando os rumos da ciência a partir de uma perspectiva ancestral, afrocentrada. Tem um conto iorubano que diz que “Exú matou um pássaro ontem com uma pedra que ele só lançou hoje”. Laroyé!

Ao movimento negro que lutou com sangue, suor e palavra para construir uma ferramenta política como a UNILAB, local onde me formo e que forjou minhas escritas e revoltas.

À minha orientadora, pela paciência e o carinho com o qual tem me orientado, e pelas palavras de incentivo e de fé nos meus escritos, e em mim, quando até eu tinha dificuldade em fazê-lo.

Às professoras e aos professores do meu Instituto que me ensinaram, na melhor e na pior forma, como não ser em sala de aula.

À amiga, companheira de luta, professora e orientadora de vida, Sandra Haydee Petit, que me ensinou na prática o que é filosofia africana e o saber-fazer pretagogia.

Às minhas famílias de sangue e de Axé, que estiveram sempre ao meu lado, compartilhando axé e potencializando minha força vital.

Ao meu irmão Raphael Santos, que teve sua vida ceifada há pouco mais de dois anos e que estaria a fazer, na data da apresentação deste trabalho, seus 21 anos. É pelo seu luto que organizo minha luta. Não só meu irmão sanguíneo, mas a todas as pessoas tombadas pela negligência, pela violência, pela exclusão.

Esta escrita se inicia de modo circular, numa engenharia tradicional, ela é fruto de madrugadas investidas em rodas de conversa, em *Onjango*¹. Sendo assim, agradeço especialmente a todas as pessoas intelectuais que me rodearam de afeto e conhecimento preto durante esta trajetória. Gratidão Thiaga, Jade, Borboleta, Pedrinha, Calixto, Maguinha, Nairóbi, Ana Eugênia, Geyse, Sado, Wiil, vocês construíram e constroem a “professora” que sou hoje, apelido carinhoso que tenho no grupo.

Agradeço também às pessoas que já não fazem mais parte do meu ciclo afetivo de amizade, mas que permanecem como fortes referências intelectuais e de vida, em especial ao antropólogo Paulo H. Ferreira, cuja contribuição está materializada em meu texto através de uma das referências, apresentada a mim por ele.

Por fim, e não menos importante, a Thina Rodrigues, ancestral que tive a honra de conhecer ainda em vida, e a todas as corpos que gongam com a lógica binária cisheteronormativa e afrontam o CISTema todos os dias.

¹ Onjango é uma palavra em Umbundu, língua bastante falada na região sul de Angola, e que pode ser traduzida vulgarmente como roda de conversa, e que eu interpreto com o conceito de *circularidade*.

Vozes-Mulheres

Conceição Evaristo

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

(In: Poemas de recordação e outros movimentos, 3.ed., p. 24-25)

RESUMO

A “Linguagem Não-Binária” é um fenômeno linguístico que tem ganhado bastante visibilidade nos últimos anos. Como forma de posicionar a Ciência da Linguagem diante deste contexto e construir metodologias pedagógicas capazes de incluir as pessoas LGBTQIAPN+, e em específico as pessoas que não se enquadram dentro do espectro binário masculino/feminino, este trabalho constrói uma perspectiva crítica sobre como o ensino de língua tem sido trabalhado no Brasil a partir das contribuições de intelectuais que se preocuparam em construir um nexos causal entre a língua/linguagem, gênero e identidades subalternizadas (hooks, 2017; Fanon, 1952, Oyewumi, 2017). Para tal, apresento uma série de questões a fim de legitimar a linguagem não-binária como um instrumento pedagógico de TRANSgressão e de visibilizar as contribuições das bixas pocs para a Ciência da Linguagem. Esta pesquisa é de caráter teórico, a partir de revisão bibliográfica em diálogo com *escrevivências*. Como forma de descolonizar minha escrita, trago relatos de minha experiência educacional como fio condutor para refletir o quanto a LGBTQIAPN+fobia esteve e está presente nas escolas e, também, como esta pode ser um espaço também de resistência.

Palavras-chave: Linguagem Não-Binária; Transgredir; Educação

REZUMU

Língua ku kata sipara homi ku mindjer (não-binário), i manera di papia kuna ganha odjada na últimos anos. Manera ku Ciência di língua ta posiciona diante des contexto i pa forma maneras de sina ku pudi matindi djintis LGBTQIAPN+QIAPN+ di concreto, djintis ku kata n'kuadra dentro di medunho manera di sipara homi/mindjer, es tarbadju forma djitus di critica kuma ku ensino di língua sta na sedo tarbadjadu na Brasil através di contribuisons di Mestris ku n'djutidu, (hooks, 2017, Fanon, 1952, Oyewumi, 2017). Pa kila, na apresenta um grupo di n'dagason pa pudi legitima língua não-binário suma um instrumento pedagógico de transgreson ku di odjada pa contribuison di bixas pocs na Ciência di língua. E pulman-pulma i di cater teórico (fasidu através di livros), kunsado di djubi iscritas ku conbersas di iskirbiduris di djitus di vida. Suma manera di discoloniza nha iscrita, na tisi conbersas di nha ispiriencia na scola suma caminho kuna guia pa refleti kuma ku contra LGBTQIAPN+ (fóbico) staba i sta inda na escolas i tambi, kuma ku es pudi sedu lugar di risistencia.

Palabras tchabi língua ku kata dividi, luta contra, transgredi, educason.

ABSTRACT

“Non-Binary Language” is a linguistic phenomenon that has gained a lot of visibility in recent years. As a way of positioning the Science of Language in this context and building pedagogical methodologies capable of including LGBTQIAPN+ people, and specifically people who do not fit into the male/female binary spectrum, this work builds a sober critical perspective on how language has been worked in Brazil based on the contributions of intellectuals who are concerned with building a causal link between language/language, gender and subordinated identities (hooks, 2017; Fanon, 1952, Oyewumi, 2017). To this end, I present a series of questions in order to legitimize non-binary language as a pedagogical instrument of TRANSgression and to make visible the contributions of *bixa pocs* to the Science of Language. This research is of a theoretical nature, that of a bibliographical review in dialogue with writings. As a way of decolonizing my writing, I bring reports of my educational experience as a guiding thread to reflect on how LGBTQIAPN+phobia was and is present in schools and also how this can also be a space of resistance.

Keywords: Non-Binary Language; transgress; education

ABSTRAIT

Le “langage non-binaire” est un phénomène linguistique qui a gagné en visibilité ces dernières années. Afin de positionner la Science du Langage dans ce contexte et de construire des méthodologies pédagogiques capables d'inclure les personnes LGBTQIAPN+, et plus particulièrement les personnes qui ne rentrent pas dans le spectre binaire masculin/féminin, ce travail construit une perspective critique sur la façon dont le langage a été travaillé au Brésil à partir des apports d'intellectuels soucieux de construire un lien causal entre langue/langue, genre et identités subordonnées (hooks, 2017 ; Fanon, 1952; Oyewumi, 2017). À cette fin, je présente une série de questions afin de légitimer le langage non binaire comme instrument pédagogique de la TRANSgression et de rendre visible les apports des *bixa pocs* à la Science du Langage. Cette recherche est de nature théorique, celle d'une revue bibliographique en dialogue avec les écrits. Comme moyen de décoloniser mon écriture, j'apporte des rapports de mon expérience éducative comme fil conducteur pour réfléchir sur la façon dont la LGBTQIAPN+phobie était et est présente dans les écoles et aussi comment cela peut aussi être un espace de résistance.

Mots clés: langage non binaire ; transgresser; éducation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. POR QUE ENVIADESCER A CIÊNCIA DA LINGUAGEM? GONGANDO O BINARISMO DE GÊNERO.....	18
2. AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA LINGUAGEM.....	22
3. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE VIOLÊNCIA E DE RESISTÊNCIA.....	31
4. A LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE TRANSGRESSÃO.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

“uma sociedade que vive na *negação*, ou até mesmo na *glorificação* da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas.” (Kilomba, 2019)

Desde muito cedo percebi que a “língua”² da escola não era a minha. Toda uma trajetória educacional em que me fora apresentado um modelo único de ser e estar no mundo pautado numa lógica racista, sexista, binária, ocidental, cristã e cisheteronormativa³ de gênero. Quer de periferias, quer centrais - de grande renome nacional - “o mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido” (Ribeiro, 2019). Fora da escola, meu ambiente era outro, de maioria negra, de corporeidades diversas, cujas línguas, religiões, traços, comportamentos, tudo, divergia da normatividade imposta no espaço educacional. Aliás, a normatividade como um todo sempre foi-me um espaço de violência. Feminina demais para ser homem, masculina demais para ser mulher, o mundo me indicou a um não-lugar, um não-pertencimento de gênero.

E é através deste *lugar de fala*⁴, como uma bixa poc⁵, que escrevo. Com a mesma

² A perspectiva a qual me relaciono político-ideologicamente critica a ideia de “língua” apontada pelo Ocidente (Para mais ler *Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*). Com isso, será possível notar que muitas vezes quando me refiro à “língua”, opto por grafá-la entre aspas, como uma forma de enfatizar tal “idealização”.

³ Cisheteronormatividade se refere a produção de ideais regulatórios, socialmente difundidos, a respeito das identidades de gênero e padrões de sexualidade baseados em normativas coloniais.

⁴ “O conceito de lugar de fala discute justamente o *locus social*, isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum.” (Ribeiro, 2019)

⁵ Identidade adotada por mim nos *users* das redes sociais. Bixa é um termo utilizado pela multiartista Linn da Quebrada, que simboliza a feminilidade, a quebra com a normatividade masculina (Quebrada, 2017) e que há muitos é utilizado entre o movimento LGBTQIAPN+ nessa mesma afirmação identitária. POC, por sua vez, possuem alguns significados. A primeira delas é que se trata de uma sigla referente à *People Of Color*, termo estadunidense que se referia às pessoas negras. Como pessoa negra que sou, acolho o termo como forma de empoderamento e autoafirmação. Uma segunda interpretação para o termo é a de um termo pejorativo para tratar as afeminadas “espalhafatosas”, que ao andar com seus tamancos e saltos na boate faziam barulhos como “poc poc poc”. Este termo é ressignificado também como forma de autoafirmação, como espalhafatosa que sou. Uma terceira e última que é bastante comum na comunidade LGBTQIAPN+, sobretudo a partir de memes, é uma ideia de “pão com ovo”, tratando-se de pessoas pobres, identidade que também fala sobre mim e que utilizo-a como forma de re/autoafirmação. Portanto, ser bixa poc é juntar todas essas identidades enquanto afeminada, espalhafatosa, negra e pobre; todas elas sou eu, também.

ousadia de bell hooks, busco em minha escrita tornar-me *subject*⁶, ou “assujeitar-me”⁷, com poder de construir a própria história, tornando-me agente político de mudanças sociais, educacionais, e de denunciar e romper com *O Perigo de uma História Única*⁸ de democracia vendida aos quatro cantos deste país. Para hooks, “*sujeitos* são aqueles que ‘têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias’” (hooks, 1989, p. 42 *apud* Kilomba, 2019, p. 28).

Início estes escritos com uma citação de Grada Kilomba, que em seu livro *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*, escreve às pessoas⁹ leitoras da versão brasileira¹⁰ sobre a sua trajetória na escrita do mesmo, bem como das dificuldades em traduzir para uma versão em “língua portuguesa”, pois, há “uma série de terminologias que, quando escritas em português, revelam uma profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais, tão presentes na língua portuguesa” (Kilomba, 2019, p. 14), e que através dessas terminologias, a “língua” nos informa cotidianamente quem (e, o que) é considerado “normal/padrão”. (Re)Conhecendo a força patriarcal e racista tão presentes na “língua” ensinada nas escolas, “parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nos possamos todas/es/os encontrar, na condição humana.” (Kilomba, 2019, p. 21 - adaptação própria).

⁶ Conforme intelectuais da contemporaneidade têm denunciado e reforço nesta pesquisa, algumas terminologias, ao serem expressas em língua portuguesa “revelam uma profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais” (Kilomba, 2019), características essas tão presentes nesta língua. Palavras como “subject”, “object”, que em língua inglesa, e em outras línguas, não possuem marcação de gênero, ao serem traduzidas em língua portuguesa são generificadas no masculino, numa perpetuação de uma ideia onde o “masculino sobrepõe-se ao feminino”. Alguns momentos escrevo-as em inglês, a fim de não recair sobre o equívoco do masculino genérico.

⁷ opto por usar o termo “assujeitar-me”, não como uma ideia de aceitação da norma, ou de enquadrar-se ao hegemônico. Apresento aqui uma perspectiva onde tornar-se sujeito, assujeitar-se, é ter “o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989 *apud* Kilomba, 2019).

⁸ Referência ao livro da escritora nigeriana Chimamanda N. Adichie (2019)

⁹ O presente trabalho critica a perspectiva binária de gênero imposta pelo Ocidente. Opto pelo uso da expressão “pessoas” sempre que buscar referir-me a grupos, não a fim de homogeneizar tais grupos, e sim de não recair numa escrita que reforce esse binarismo, nada obstante as próprias dificuldades impostas pela estrutura normativa da “língua”.

¹⁰ Linguisticamente falando, o sufixo -eiro que constitui essa palavra (brasil -eiro), é ligado à profissão, e é pra isso que essa palavra é criada, designar um trabalho (cabelereiro, bombeiro, pedreiro). Se observarmos, adjetivos pátrios carregam, em sua maioria, os sufixos -ês ou -ano, como por exemplo: português, sudanês, inglês, chinês, francês, italiano, angolano, peruano, sul-africano etc. [...] Afirmar que somos brasileiros nos afasta desse passado nefasto que mata, escraviza e violenta a história desse país. Nascemos nesse território, mas temos nossa própria história, uma história perdida que precisa ser retomada, re-conhecida, resgatada dos porões de uma história (branca) mal contada e mentirosa. Em suma, reivindicamos esse sufixo -ano como uma forma de nos virar contra uma colonização que nos afasta do que realmente somos e da história do nosso povo.” (Ferreira, Silva & Tea, 2022)

Sendo assim, tais inquietações me levaram a debruçar sobre um fenômeno que tem ganhado destaque nos últimos anos, sobretudo nas disputas político-ideológicas em que alguns países têm travado com o conservadorismo fundamentalista. Tal fenômeno tem sido chamado de diversas formas: “linguagem neutra”, “linguagem disruptiva”, “neolingagem”, “linguagem inclusiva”, mas aqui optarei por chamar de “Linguagem Não-Binária”¹¹ (Abralín, 2021).

Como pessoa que não se identifica dentro deste espectro binário homem/mulher; como pessoa que foi construída sempre à margem desses pólos binários, surge a necessidade de fazer me voz, de romper com as máscaras de silenciamento que o ocidentalismo ainda tenta manter sobre as nossas corpos¹² dentro e fora dos espaços acadêmicos. Afinal, a universidade e as metodologias científicas não são espaços neutros, mas sim um espaço branco que tem negado o privilégio de fala às pessoas negras (Kilomba, 2019).

Cotidianamente nos espaços acadêmicos nossas *escrevivências*¹³ são colocadas dentro de uma lógica binária que encara a produção branca-masculina-cis-hetera-cristã como científica, universal, objetiva, neutra, racional, imparcial, e portanto produtora de conhecimento, enquanto as nossas produções são taxadas de acientíficas, específicas, subjetivas, pessoais, emocionais, parciais, opiniões e relatos de experiências, como forma de inferiorizar as nossas produções e a nós.

Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é
acientífico;
universal/específico;
objetivo/subjetivo;
neutro/pessoal;
racional/emocional;
imparcial/parcial;
elas/eles têm fatos/ nós temos opiniões
elas/eles têm conhecimento/ nós temos experiências (Kilomba,

¹¹ Opto em falar de linguagem não-binária por ser uma linguagem construída a partir da crítica de pessoas não binárias quanto aos mecanismos linguísticos em relação às suas identidades. Pessoa não-binária é aquela pessoa que não se identifica dentro do espectro binário homem/mulher. Devo afirmar porém que muitas pessoas chamam tal fenômeno de “linguagem neutra”, mas para que não se perpetue a ideia de “neutralidade”, a qual não estou em comum acordo, acredito que “linguagem não-binária” consiga dizer a que veio.

¹² Há um movimento de pesquisas emergentes que busca descrystalizar alguns conceitos e os gêneros atribuídos a tais. É o exemplo de “corpos”, que têm-se conceituado, numa orientação epistêmica anti-patriarcal, como “corpas”. A referência ao termo é do Poema “Corpa Negra” de Maria Tereza (Ferreira, Silva & Tea, 2022).

¹³ Falo em escrevivência, termo cunhado pela Dra. Conceição Evaristo (2020), pois aquilo que escrevo está profundamente marcado pelas minhas experiências enquanto bixa poc. Escrever é romper com a lógica ocidental de colonialidade do saber que nos impõe uma objetividade na escrita e distanciamento do que se é estudado.

2019, p. 52).

Tais terminologias

não são simples categorizações semânticas; elas possuem uma dimensão de poder que mantém posições hierárquicas e preservam a supremacia branca. Não estamos lidando aqui com uma ‘coexistência pacífica de palavras’, como Jacques Derrida (1981, p. 41) enfatiza, mas sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar (Kilomba, 2019, p. 52).

A partir das contribuições de Kilomba (2019), compreendi o que Darcy Ribeiro dizia ser “um projeto”, e que Kilomba aprofunda analisando-o como um projeto colonialista que historicamente se preocupou não apenas em classificar o mundo em ideias binárias (preto x branco; homem x mulher; céu x inferno; bom x mau; certo x errado, etc.), como também se utilizou desses binarismos ocidentais para hierarquizar, qualificando toda nossa produção como “feia”, “defectível”, “pobre”, “errada”, ou de forma mais sutil como “popular”, além de muitas outras expressões soltas aos ventos em textos acadêmicos, (re)afirmando essa lógica supremacista do homem branco cis hetero cristão.

Pude perceber ainda que essa lógica infelizmente segue sendo reproduzida no sistema educacional, onde o modelo europeu ocidental, tanto nas análises linguísticas como nas literárias, segue supervalorizando um modelo normativo, padrão, baseado nas predileções do ocidente, enquanto nossas marcas e heranças linguísticas (quer nos escritos literários quer no policiamento linguístico educacional) são estigmatizadas e excluídas das salas de aulas e dos processos de educação, gerando um distanciamento entre estudantes¹⁴ e conteúdos, que há longos anos tem sido questionado e problematizado nas pesquisas científicas.

Esse sujeito, que se fez legítimo por si mesmo, definiu o mundo a partir das lentes de sua realidade, estabeleceu seus valores como únicos e construiu a universalidade da humanidade a partir da síntese dele mesmo. [...] A norma, do sujeito-referência, fez daqueles que lhes escapam um inimigo e como inimigos, dignos à morte simbólica e física (Missiato, 2021).

O Brasil segue sendo o país que mais mata a população LGBTQIAPN¹⁵ no mundo, e o estado do Ceará tem liderado o topo desse ranking como um dos estados mais violentos para

¹⁴ Utilizo sempre o termo “estudante” ao invés de “aluno”, uma vez que a primeira é uma palavra que não possui marcação de gênero e por entendermos que a segunda tem raízes no Latim e significa “sem luz”, depreciando a categoria.

¹⁵ Para garantir visibilidade à identidades pouco trabalhadas quando a temática é a diversidade sexual e de gênero, como “pansexual”, “intersexual” e, principalmente, “não-binária”, opto por escrever a sigla de tal forma suprimir a sigla à esse formato “LGBTQIAPN+”, todavia o acréscimo do “+” ao final indica a existência de outras identidades.

esta população (Freitas, 2021). Toda essa violência é naturalizada por uma lógica cristã imposta em nossa sociedade que se coloca como norma e trata nossa existência como “diferente”, fora da norma, buscando nos exterminar todos os dias.

Apesar do resultado eleitoral no Brasil em 2022, o Brasil ainda vive um contexto preocupante de legitimação dos valores conservadores, fundamentalistas, escravocratas e colonialistas, de crescimento de organizações neonazistas, de uma grande presença no congresso nacional da bancada neopentecostal conservadora (conhecida como bancada da Bíblia), e numa conjuntura como esta, a Ciência da Linguagem não pode “manter-se neutra” diante de dados de violência contra a população LGBTQIAPN+ no Brasil. Afinal,

quando surgem novos autoritarismos, com nítidos traços fascistas, a ciência da linguagem não pode continuar a trabalhar impávida. Nas sociedades contemporâneas, a ciência da linguagem tem o desafio de substituir as diferenças que as constituem, as suas peculiaridades históricas, suas cosmovisões e seus modelos de relações sociais. Não se trata apenas de alteridades radicais. São também as alteridades vividas e impensáveis do cotidiano, onde territorialidade, etnia, racialidade, gênero e classe operam de forma multidimensional. Precisamos de uma ciência da linguagem a partir do Sul e para o Sul, uma ciência da linguagem ... comprometida com o conhecimento, com a compreensão, com a familiarização da alteridade, com a desnaturalização e exotização do nosso senso comum. Ou seja, comprometida com as sociedades em que ocorre essa ciência da linguagem. (Comaroff, 2014 IV; Grimson, 2019 - Tradução e adaptação própria).

Apesar de toda a imposição normativa, temos resistido e construído novas formas de linguagem e temos encontrado lugares de abrigo para (re)construir uma resistência afro pindorâmica, como tem sido nos terreiros de umbanda e candomblé. Os espaços do terreiro têm sido historicamente conhecidos por serem lugares de acolhimento e de resistência de povos subalternizados. Do Pajubá¹⁶ à Linguagem Não-Binária, há uma força exuística¹⁷ em como as bixas pocs têm utilizado a língua trazendo sempre heranças de tradições ancestrais

¹⁶ FOX, Lorelay. O que é Pajubá. Youtube, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QJiHj5-ZhLo>>, Acesso em 20.01.2023.

¹⁷ Para Pereira (2021), a Exuística é uma possibilidade de descolonização do saber-fazer nos processos educacionais através de práticas transgressoras da norma. Levar Exú para cuidar dessa encruzilhada educacional é reposicionar todos os nossos conhecimentos que ao longo do colonialismo e da colonialidade foram silenciadas, apagadas, demonizadas, negligenciadas e desprezadas, solidificadas em fundamentos acadêmicos que sequer passaram por um crivo rigoroso, além de reproduzirem e perpetuarem ideias racistas.

afro-pindorâmicas.

O presente trabalho pretende analisar o fenômeno da linguagem não-binária, a partir de uma percepção crítica quanto à colonialidade normativa e seus desdobramentos no ensino de língua no Brasil, bem como as influências do projeto colonial nos discursos conservadores que têm realizado constantes ataques a este fenômeno, seja a nível individual, institucional e/ou estrutural. A metodologia para a realização do presente trabalho eu chamo de encruzilhada por acreditar que é no cruzamento de diversos pensamentos, na convergência de diversas áreas do conhecimento, que conseguiremos construir um novo paradigma científico, capaz de representar os anseios de toda a sociedade. Para a realização de tal método busquei rever bibliografias de intelectualidades negras que versam sobre língua/linguagem.

Subverto, e subverto-me, através da linguagem. Neste ensejo, ousar escrever em primeiras pessoas (de forma singular e plural) é falar de mim, mas também falar de nós. É falar das vivências e produções de conhecimentos que nossas corporeidades criam e recriam e que foram e são subalternizadas por este modelo autoproclamado científico, pautado pela colonialidade. Mas ousamos, como posição política de quem não tem outra alternativa a não ser a luta, afinal *a liberdade é uma luta constante* (Davis, 2018).

Apresento como fio condutor desta investigação, algumas memórias de minha infância, um lugar com muita presença de terreiros de umbanda, da forte presença de travestis (infelizmente, configurando-se uma zona de forte trabalho sexual), de muitos traços afro pindorâmicos¹⁸, e de heranças, leis e conhecimentos historicamente transmitidos pela oralidade. Todavia, nem mesmo as escolas da comunidade eram capazes de dialogar com essas realidades diversas da comunidade, pelo contrário, as escolas têm sido responsáveis por negar, controlar, normatizar, colonizar. Essas violências não me eram nítidas à época, foi necessário esse processo de “assujeitar-me”.

Dito isto, dedico o primeiro capítulo deste trabalho para apresentar outras percepções (ou não-percepções) de “gênero” - fundamento das sociedades modernas ocidentais, apresentando o Iorubá como uma sociedade cujas bases civilizatórias não são construídas através de binarismos de gênero. Para isso, aporto-me nos escritos da pesquisadora oxunista e

¹⁸ Utilizo o conceito afro-pindorâmico, criado pelo sociólogo Nego Bispo. Segundo Santos (2015): “Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão Tupi-Guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul.”. A terminologia adotada nada mais é do que uma alternativa à linguagem colonialista comumente propagada dentro dos espaços acadêmicos, buscando, portanto, falar de nós, por nós.

socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi para apresentar uma cosmopercepção¹⁹ africana que contraponha e questione o lugar do “gênero” nas sociedades ocidentais e no ensino de língua no Brasil.

No segundo capítulo coloco-me a fazer um apanhado sobre como o gênero tem sido trabalhado nas teorias e no ensino de línguas. Neste ensejo, tensionando sobre pressupostos linguísticos que estão por muitas vezes enraizados em compêndios gramaticais, a partir de regras que sequer são baseadas em pesquisas sérias (Nascimento, 2019), com a utilização de presunções há muito questionados e ultrapassados, como a própria ideia de “língua” e também os conceitos de “norma” e “homogeneidade”, responsáveis por significativa exclusão social de povos historicamente subalternizados. Pretendo, ainda, compreender como tais teorias influenciou/influenciam no ensino de línguas no Brasil e nos estudos da linguagem.

Em um terceiro momento desta pesquisa trago dados de violência e exclusão da população LGBTQIAPN+ no Brasil e sobretudo no estado do Ceará, que está no topo da lista em número de mortes da população LGBTQIAPN+, trazendo como fio condutor minhas vivências a fim de refletir como tais marcadores sociais, como bixa poc, atravessam minha história mas também a de muitas outras pessoas que, assim como eu, reivindicam identidades a parte do binarismo ocidental. A partir de minhas escrevivências, dialogo com pesquisas que abordam as violências sofridas por pessoas LGBTQIAPN+ dentro e fora dos espaços educacionais (Luma, 2012²⁰; ABGLT, 2016). Tais experiências e dados atestam como o ensino de língua tem afetado e causado traumas na educação das bixas pocs.

Por fim, e não menos importante, apresento a linguagem não-binária (neutra, disruptiva, neolinguagem, entre outras terminologias adotadas pelas mais diversas perspectivas) como uma proposta pedagógica que *ensine a transgredir* (hooks, 2017), uma “pedagogia engajada” de luta política contra o linguicídio, o epistemicídio e o extermínio da população LGBTQIAPN+, uma possibilidade de trabalhar em sala de aula, uma

¹⁹ A escritora Oyeronke Oyewumi usa o termo “cosmopercepção” em contraponto ao comumente utilizado “cosmovisão”, por acreditar que este limita e privilegia um sentido, a visão, na leitura do mundo em relação àquele.

²⁰ A partir das contribuições da intelectual Grada Kilomba, compreendo que descolonizar é uma prática constante onde vivemos, narramos e escrevemos fora da lógica colonial. Sendo assim, opto por referenciar a professora Dra. Luma Nogueira de Andrade da forma apresentada no texto de forma a dar visibilidade ao nome de intelectuais de grupos minoritários, como modo de descolonizar minha escrita e dar visibilidade a corpos sistemicamente invisibilizados.

²¹ Nas referências, ao final do texto, a formatação segue o padrão ABNT e está iniciada com o sobrenome, como determinam as normas.

“desmontagem da língua colonial, que ao mesmo tempo representa resistência” (Kilomba, 2019, p. 18).

Hoje, assujeitando-me, reconhecendo as lutas e seus desdobramentos diante de uma sociedade escravocrata, “permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes, é dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir” (Emicida, 2020).

1. POR QUE ENVIADESCER A CIÊNCIA DA LINGUAGEM? GONGANDO O BINARISMO DE GÊNERO

Historicamente os domínios colonial e neocolonial se preocuparam em silenciar, invisibilizar e excluir - física e socialmente - povos subalternizados, fundamentados em duas principais noções, a saber: gênero e raça, pelos quais “as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas” (Oyewumi, 2020). Estes conceitos foram utilizados para construir um modelo de ser, estar e pensar que exclui grandes parcelas populacionais, em favor de uma minoria colonialista, e cujo modelo de produção de conhecimento constrói-se a fim de perpetuar diversas iniquidades sociais. A pesquisadora Oxunista e socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi, afirma que

todos aqueles que são classificados sob o rótulo de ‘diferentes’ nas variadas épocas históricas foram considerados como sendo os incorporados, dominados, portanto, pelo instinto e pelas emoções, estando a razão além deles. Eles são o Outro e o Outro é um corpo. (Oyewumi, 1997)

As pesquisas que até então se preocuparam em trabalhar as questões de gênero, como as de Judith Butler, Michel Foucault, Simone de Beauvoir, trabalhavam-na numa perspectiva ainda bastante centrada no ocidente e na perspectiva feminista, sem levar em consideração outros fatores. A ruptura com as análises ocidentais de gênero só veio a ter alguma mudança relativa a partir do feminismo negro, onde se observa o fenômeno do gênero interseccionado de outras formas de hierarquia, como a raça e classe. Todavia, analisar aspectos dos povos africanos e afro-diaspóricos sob paradigmas e conceitos fundamentados a partir do Ocidente se torna um problema, pois

quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais. (Oyewumi, 2020)

O modelo que fundamenta as análises feministas e com isso o conceito de gênero está sob a égide da família nuclear, modelo esse estritamente europeu, e que é de onde têm surgido os diversos conceitos das teorias de gênero (Oyewumi, 2020). Mas a socióloga nos aponta que a questão central não é o fato desses conceitos basearem-se num modelo de família nuclear, mas que eles não consigam ir além desse modelo e excluem os mais diversos modelos de famílias presentes nas mais diversas sociedades.

Há pouco mais de 7 anos, fui expulsa²² de casa ao assumir minha sexualidade. Dali em diante eu tive de buscar quem me acolhesse, um lugar para chamar de casa, construir uma nova família, que fosse pautasse em outros modelos, sobretudo, em modelos que minha corporeidade não fosse considerada uma aberração ou um desvio de “norma”. Hoje, dentro do terreiro-escola de candomblé Ilê Asé Oba Oladeji, que me encontrei novamente enquanto família, uma família pautada numa tradição Iorubá, cuja organização “pode ser descrita como uma família não generificada.” (Oyewumi, 2020).

É interessante observar os fundamentos do Candomblé através do estudo das sociedades iorubanas pré-coloniais, para observarmos um pouco as dimensões que a colonização tem incorporado suas visões às práticas afro-pindorâmicas e para pensarmos formas de subversão dessas imposições coloniais. Dizer que o modelo de família tradicional do Iorubá é um modelo não-generificado significa dizer que não são os papéis de gênero que operam nas construções das categorias, das relações e das hierarquizações. Entretanto, não significa dizer que as dimensões corpóreas não são levadas em consideração e/ou não tenha relevâncias nesse modelo de sociedade, mas que “antes da infusão das noções ocidentais na cultura Yorubá, o corpo não era o fundamento das funções sociais de inclusão ou exclusão; não era o fundamento da identidade e do pensamento social.” (Oyewumi, 1997). Na sociedade Iorubá, as categorias refletem sobre ancestralidade, sobre aquelas pessoas que vieram antes de nós, nossas mais velhas. Tal categoria, segundo Oyewumi, tem caráter fluido e dinâmico, enquanto gênero é rígido e estático (Oyewumi, 2020).

Questionar o conceito de gênero, e subvertê-lo, é desafiante, mas faz parte das responsabilidades que temos como pesquisadores que buscam convergir os saberes das mais diversas áreas do conhecimento - acadêmicos e/ou não. O conceito de gênero ocidental tem fortes ligações cristãs, baseadas em pressupostos “que derivam do determinismo biológico presente no pensamento ocidental (e que) foram impostos às sociedades africanas” (Oyewumi, 1997), cujas amarras nos encarcera em caixas limitantes e perpetua uma cultura de exclusão a quem ousa divergir da norma, sobretudo de quem cuja corporeidade identitária diverge do corpo ocidentalmente e biologicamente sexualizado.

O binarismo de gênero tem sido historicamente, sobretudo em terras “Amefricanas”,

²² Dada a necessidade de escrever este trabalho sob os parâmetros normativos da língua portuguesa, opto por referir-me sempre no “feminino”, como forma de contrapor a lógica de dominação masculina, muito embora, reafirmo, não me identifico dentro destas categorias binárias do Ocidente.

uma arma de controle sobre corpos ditos “desviantes”. Romper com o binarismo de gênero, proposta a qual pretendo aprofundar ao longo deste trabalho, é um mecanismo pedagógico de resistência e de transformação de uma realidade violenta que tem afetado a população brasileira, sobretudo a comunidade LGBTQIAPN+.

O fato de que as categorias de gênero ocidentais são apresentadas como inerentes à natureza (dos corpos), e operam numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como superior e, portanto, categoria definidora, é particularmente alienígena a muitas culturas africanas. (Oyewumi, 2020)

Partimos do pressuposto de que “gênero é antes de tudo uma construção sociocultural.” (Oyewumi, 2020) e uma construção que tem servido unicamente aos “interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos” (Oyewumi, 2020). Uma pesquisa de maior porte precisa surgir, ou tornar-se conhecida, nos espaços acadêmicos, para que possamos ir além deste estudo sobre a sociedade iorubana e poder perceber o quão “alienígena”, para usar os termos de Oyewumi, o gênero é para diversas comunidades africanas. Tal categoria, segundo Oyewumi, é fundamentada nos discursos ocidentais sobre gênero e era inexistente em terras iorubanas antes da colonização (Oyewumi, 1997).

Tal categoria também não existia em outras terras do continente africano, até o contato com o Ocidente. Digo isso, pois, desde que comecei a estudar na UNILAB, tive o interesse em estudar e aprender Guineense, como forma de facilitar a comunicação e uma integração estudantil efetiva com essa comunidade. E uma das principais percepções sobre esta língua de Guiné-Bissau é a de que ela não possui desinência de gênero em sua estrutura morfológica. Os substantivos, números, adjetivos, etc., não possuem marcações que distinguem gênero. A distinção *bio-lógica*²³, só veio a ocorrer a partir do contato com a colonização, tornando-se necessário o acréscimo de “macho” e “mindjer”, para identificar homem e mulher, respectivamente. Vários estudos indicam que as organizações sociais e seus modelos de relações sociais de povos africanos, pré-coloniais, “não seguiam as práticas generificadas e heterocentradas impostas pelos colonizadores e seus preceitos cristãos” (Saunders, 2020; James, 2021; Moita Lopes, 2022 *apud* Moita Lopes, 2022).

²³ Reproduzo a grafia apresentada pela escritora pois tal termo é crucial para se absorver os conhecimentos apresentados pela socióloga Oyeronke Oyewumi

Mas, e porque “enviadescer a Ciência da Linguagem”? Trago esse termo do primeiro álbum da multiartista Linn da Quebrada, o *Pajubá*. O álbum traz o nome de uma linguagem criada no período da ditadura no Brasil, com origem Yorubá, cujo vocabulário e construções sintáticas foram construídas pelas bixas e travestis negras. Importante trazer essa referência pois o Pajubá é uma linguagem de resistência que há muito é utilizada por uma parcela da população (não apenas da comunidade LGBTQIAPN+) e que já esteve presentes em provas a nível nacional, como a do ENEM, que em 2018, na prova de Linguagens e Códigos, utilizou a frase “Nhaí, amapô! Não faça a loka e pague meu acué, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!” (ELER, 2018).

Sendo assim, a proposta de enviadescer a Ciência da Linguagem é justamente o ato de resistência à todas as vezes em que as nossas expressões (linguística e corporal) foram zombadas por uma colonialidade normativa, que, dentro dos estudos linguísticos, nos enxerga de forma exotificada. Para o professor Leandro Fonseca Missiatto (2021), esta colonialidade normativa

diz respeito ao conjunto de normas do ser, poder e saber que operam internacionalmente para a sustentação dos privilégios de grupos hegemônicos enquanto explora e domina os grupos identitários enunciados historicamente pelo colonizador como identidades inferiores, inumanas e subdesenvolvidas. (Missiatto, 2021)

Enviadescer a Ciência da Linguagem é uma metodologia de análise que dialoga com a proposta Queer, pois “é também uma intervenção política e cultural em resposta às práticas institucionais que privilegiam os saberes heterocentrados” (Moita Lopes, 2022), é uma busca por desestruturar a Língua, de “gongar” o binarismo de gênero ocidental e promover “o deslocamento de uma epistemologia colonial para uma outra, que podemos denominá-la de descolonial” (Meira, 2019).

Neste intuito, precisamos compreender as diferentes perspectivas que têm tratado sobre gênero na Ciência da Linguagem e como estas teorias influenciaram e ainda influenciam na perpetuação de diversas iniquidades sociais, a fim de apresentarmos uma proposta de abordagem que se engaje na luta contra toda e qualquer forma de opressão. É o que continuaremos dialogando no próximo capítulo a fim de refletirmos “o quanto as diversas pesquisas em Linguística e Linguística Aplicada tem contribuído para a manutenção de um sistema econômico que reforça privilégios e assimetrias, favorecendo uns em detrimento de outros?” (Severo, 2017)

2. AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA LINGUAGEM

A palavra gênero tem ganhado destaque nos últimos períodos, onde o conservadorismo fundamentalista tem se organizado contra uma suposta “ideologia de gênero” e barrando o fenômeno da linguagem não-binária dos espaços institucionais educacionais ou não. As mudanças linguísticas ocorrem através das mudanças sociais, e pelas quais a língua é (re/des)construída. Novas tecnologias linguísticas são criadas a partir das demandas estabelecidas pela sociedade.

Temos vivenciado uma ascensão e empoderamento de diversas figuras públicas em seu reconhecimento como pessoas não-binárias. Na indústria pop temos Demi Lovato, que em maio de 2021 revelou se identificar enquanto pessoa não-binária e que gostaria que usassem os pronomes “they/them”, que no Brasil pode ser traduzido pelas formas “ile/dile” ou “elu/delu”. No mundo do atletismo, diversas figuras ganharam visibilidade nas Olimpíadas de 2021 fazendo com que diversos jornais por todo o globo tivessem de adotar uma língua/linguagem que fosse capaz de representar essas pessoas. Tal fenômeno gerou uma série de debates na sociedade sobre o uso dessa dita “linguagem neutra”.

Por outro lado, segundo dados da agência Diadorim, nos últimos 3 anos,

deputados estaduais de todo país já apresentaram ao menos 122 projetos de lei contra os direitos da população LGBTQIAPN+. Destes, 59 deles na tentativa de proibir o uso da linguagem neutra, 28 sobre instauração de banheiros multigêneros, 19 sobre a veiculação de publicidade que promova a diversidade LGBTQIAPN+, além de 16 contra a participação de atletas trans em competições esportivas (Malunguinho, 2022).

Nos estudos linguísticos, tais tensões também estão postas em jogo, e linguistas das mais diversas perspectivas convergem e divergem sobre diversos pontos, ora com argumentos fundamentados em análises e pesquisas, ora baseados em crenças e na “fé”. Em 2020, na UNILAB, houve a primeira eleição para o cargo de reitoria da Universidade e duas chapas se apresentaram para disputar o pleito. A chapa da situação (nomeada assim por já ocupar o cargo de forma pró-tempore antes do processo eleitoral) possuía por nome *Unilab das possibilidades* e a chapa da oposição chamava-se *Unilab de todes*. Tal uso do termo “todes” gerou uma série de debates e divisões dentro da comunidade acadêmica, e como pessoa que investiga a língua não apenas pela perspectiva hegemônica apresentada em sala de aula, mas também de modo

contra-colonial, numa perspectiva “descolonial”, não pude deixar de me posicionar²⁴ e apresentar uma perspectiva crítica em relação ao debate em questão e a respeito das argumentações apresentadas por quem se colocava contra o uso de tal fenômeno.

Dentre as minhas pontuações, a primeira que eu busco construir um diálogo é sobre o próprio conceito de “língua” e qual a sua função. Apontando desde as primeiras perspectivas estruturalistas até apresentar a percepção do modelo funcionalista, e sobretudo, através dos estudos da sociolinguística, o quanto a “língua” está diretamente ligada às relações sociais e suas necessidades comunicativas.

Antes de mais nada é importante dizer que a cara da ciência mudou. Dantes um espaço ocupado quase que majoritariamente por homens brancos cis heteros cristãos, hoje, a partir de diversas políticas afirmativas e sociais, é ocupado também por uma parcela de pessoas historicamente excluídas dos espaços de poder e de produção de conhecimento. Sejam elas mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+, povos ciganos, indígenas, quilombolas, de terreiro e em situação de cárcere, dentre outras. A historiografia e epistemologia oficial e ocidental jamais foram capazes de imaginar que esses públicos ocupariam os assentos das universidades e desestruturariam suas perspectivas e crenças durante muito inquestionáveis. Hoje, queremos falar a partir das nossas próprias vozes, afinal, “parler, c’est exister absolument pour l’autre [...] c’est assumer un monde, une culture” (Fanon, 1952)²⁵.

Importante trazer essa citação de Frantz Fanon, pois parece-me que intelectuais negros de diversas épocas e de diversos espaços geopolíticos tem se preocupado com as questões da linguagem e marcadores raciais (Fanon, 1952; Gonzales, 1988; Kilomba, 2019; Missiatto, 2021). Por sua vez, as mulheres, sobretudo as mulheres negras, têm movimentado as estruturas das metodologias investigativas ao apresentarem o conceito de *Interseccionalidade*²⁶ para a análise científica, ou seja, não se poderia investigar a sociedade sem levar em consideração os aspectos de raça, gênero, classe, sexualidade, etc., de formas imbricadas.

No campo da Linguística, nos últimos anos, tais feministas têm contribuído para

²⁴ do Íntegra do posicionamento disponível em: <https://m.facebook.com/groups/213622388659450/permalink/4001136293241355/?mibextid=dDOYBg>. Acesso em: 15/01/2023

²⁵ “Falar é existir absolutamente para o outro [...] é assumir um mundo, uma cultura” - Tradução própria

²⁶ “De acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é, simultaneamente, a maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder, não sendo exclusiva para mulheres negras, mesmo porque as mulheres não negras devem pensar de modo articulado suas experiências identitárias. Ademais, transexuais, travestis e queers estão incorporados a perspectiva da autora.” (Akotirene, 2019)

pensarmos a masculinização da língua portuguesa e uma necessidade de visibilidade das mulheres nos espaços públicos. O que inicialmente era apenas uma crítica à invisibilização da presença feminina na expressão “Boa noite a todos!”, hoje se torna uma denúncia da masculinização da língua portuguesa e da necessidade de visibilizar a presença feminina em espaços públicos. A ampliação do uso da forma “boa noite a todos e a todas”, atualmente bastante usada em diversas esferas da nossa sociedade, abriram espaços para que outras identidades de gêneros manifestassem suas indignações perante a saudação e à própria língua em si.

As diversas lutas dos últimos tempo pela garantia de direitos e de visibilidade à população LGBTQIAPN+, e consequentemente, o debate sobre as forças do patriarcado cisheteronormativo sobre nossas corpos tem possibilitado a abertura para uma série de debates que envolvem, aqui em destaque, a relação entre Língua e Sociedade e sobre o quanto a pressuposto do “masculino genérico” nada mais é do que uma perpetuação de uma ideologia em que o homem branco cis hetero cristão se sente sujeito universal e todo aquele que se desvia da “norma” seria o Outro.

Tive a oportunidade de fazer alguns cursos de inglês, a partir dos meus 10 anos. Experiências essas muitas vezes violentas, como quando tive de fazer seminário bíblico em língua inglesa, para suprir o sonho de meu pai em que eu fosse missionário. Talvez hoje eu o seja, mas certamente bem diferente do tipo de missão que meu pai acreditava que eu iria realizar. Durante o aprendizado desta língua, e atualizada pela perspectiva que hoje analiso as línguas, pude perceber que a marcação de gênero em língua inglesa até existe e se faz presente em diversos binarismos, mas que ocorre de forma menos frequente que em língua portuguesa, em que tudo, absolutamente tudo, é generificado no binarismo masculino/feminino (o/a).

Quando comecei a estudar sobre língua/linguagem, ainda na Universidade Federal do Ceará, onde fiz Letras Espanhol, tive a oportunidade de me relacionar amistosa e afetivamente com algumas pessoas surdas, e isso me possibilitou o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e quando paro pra observar como esta língua se comporta, chego na observação de que as palavras não possuem marcação de gênero em sua estrutura morfológica, e a marcação de um gênero somente se dará se sucedida por um outro sinal que indique “homem/masculino” ou “mulher/feminino”. “As ideologias (...) dos binarismos de gênero, podem ser entendidas como fetiches que influenciam como vivemos e compreendemos nossas

práticas sociais à custa da injustiça social e do sofrimento humano” (Moita Lopes, 2022).

São várias as possibilidades e propostas construídas, e muitas são as perspectivas a respeito de tal temática, afinal, somos seres diversos. Uma dessas respostas, apresentada pelos movimentos sociais de proteção aos Direitos Humanos e das pessoas LGBTQIAPN+, é o que convencionamos aqui como Linguagem Não-Binária, numa pretensão de “neutralizar” o discurso, ou desmasculinizar o discurso, sobretudo quando as pessoas ouvintes reivindicarem gêneros distintos.

Antes de mais nada devo dizer que há várias nomenclaturas utilizadas para tal fenômeno, dentre as que costumeiramente temos visto nos espaços acadêmicos estão: linguagem neutra, linguagem inclusiva, neolinguagem, linguagem disruptiva e, por fim, a linguagem não-binária, terminologia a qual me aproximo. Tratar de “linguagem neutra” é uma questão a partir do momento que partirmos de um pressuposto de que “nenhuma educação é politicamente neutra” (hooks, 2017), “mas sinaliza relações de poder presentes na experiência colonial” (Severo, 2017).

A partir de uma perspectiva crítica de se fazer linguagem e ciência, não acredito na neutralidade da ciência e do discurso. A “linguagem inclusiva”, por sua vez, embora realmente busquem incluir a população não-binária, é um termo muito amplo, pois deve englobar outras necessidades de inclusão como população surda, cega, etc. Já a “neolinguagem”, poderia ser compreendida como uma “nova linguagem”, todavia, como nos orienta Manu Rodrigues em *Linguagem não-binária: potências, limites e caracterização* no site da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística):

se nós entendemos que estamos falando de uma língua viva, como a língua portuguesa, e língua viva é aquela que tem falantes utilizando ela e, conseqüentemente, sempre modificando-a, não seria uma neolinguagem a todo tempo? Por que sempre haveriam formas e reformas, demonstrações e ‘remonstrações’ dessa própria língua, a ponto de fazer palavras como ‘remonstrações’, que eu acabei de falar aqui. (ABRALIN, 2021).

Dito isso, opto em seguir o conceito de Linguagem Não Binária, que possui em seu cerne a questão do binarismo ocidental manifesto através da língua/linguagem, mas não somente, mas também a garantia do direito de pessoas que estão localizadas à margem da sociedade. Assumo em meus escritos que

não existe neutralidade na língua nem na ciência; não há neutralidade de

conhecimento nem de discurso científico ou acadêmico. Como em qualquer outro trabalho, este é um trabalho afetado politicamente e pelo lugar de existência de sua produção (Rezende, 2018).

Hoje, temos uma língua quase que completamente classificada no binarismo masculino/feminino, mas tal realidade nem sempre se apresentou desta forma. A língua portuguesa nem sempre encarou o gênero como o é hoje, tampouco seus usos permanecem intactos. O que hoje se fala por linguagem não binária não é um fenômeno tão novo como muitos afirmam, mas um fenômeno cuja Linguística Moderna tenta, ainda nos dias de hoje, barrar. Embora surja de toda parte a defesa de que o masculino é gênero universal e funciona como “neutro” para se referir a pessoas de gêneros indefinidos e/ou grupo composto por pessoas de gêneros binários, há muito os movimentos sociais que debatem gênero e sexualidade questionam tal regra gramatical, uma vez que na prática e na dinâmica social tal norma não funciona de forma neutra, mas como mantenedora de um *status quo* que privilegia a dominação masculina.

O latim, tronco da língua portuguesa, classificava o gênero de três modos, o masculino, o feminino e o neutro. Apesar dos pressupostos da Linguística Moderna abandonarem o gênero neutro, narrando o mundo a partir do binarismo masculino/feminino, ainda se faz presentes diversas manifestações dos resquícios desse “gênero neutro” em pleno uso pelos falantes da língua portuguesa. Antes de mais nada, é importante retomarmos uma questão sempre apresentada quando o assunto é “gênero” nos estudos linguísticos, que é a diferenciação entre gênero social e gênero gramatical. Apesar do Latim já não ser mais uma língua vernacular, com uso restrito apenas para fins religiosos no Vaticano, são os seus parâmetros os utilizados nas escolas linguísticas para explicar os fenômenos linguísticos, o que como dito anteriormente, é um problema na medida que não considera os contextos específicos de cada um desses territórios.

Como dito, diferentemente da língua portuguesa que classifica o mundo e o que nele há a partir de um binarismo de gênero (masculino/feminino), o Latim possuía um gênero neutro para classificar objetos assexuados. Com a queda desse gênero neutro, na passagem do Latim para as ditas “línguas modernas”, foram designados gêneros aos objetos assexuados, “de forma arbitrária”, como fazem crer alguns teóricos, mas que cujas escolhas “aleatórias” têm servido pra perpetuar uma lógica de dominação masculina e do feminino como uma sub-representação do masculino, etc. Como forma de negar as intenções patriarcais por trás destas escolhas, é muito comum ouvirmos de certos estudiosos de que o gênero gramatical nada tem a ver com o

gênero PSICOBIOSSOCIAL, sendo o morfema -o, da palavra MENIN-O, não uma marcação de gênero, mas uma vogal temática, uma vez que, para essa perspectiva estruturalista, o gênero masculino é um gênero universal, neutro. Sendo o morfema -a, em MENIN-A, por sua vez, marcação de gênero, pois ela seria um tipo específico de menino, um menino “não-masculino”, como aprendi na componente curricular de Morfologia e Morfossintaxe da Língua Portuguesa, a partir das contribuições de Câmara Jr. Mesmo que para a comunidade de falantes tal explicação não faça sentido e se permaneça a crença de que o morfema -O marca o gênero masculino, apesar das exceções existentes.

As estruturas linguísticas são enviesadas pelo masculino em detrimento do não masculino que, no caso da cultura ocidental, é reduzido ao feminino. Trata-se, portanto, do que Jacques Derrida (1975) define como falocentrismo, isto é, a tradução constituinte de um sistema significativo ao redor de gênero (Shaktini, 1985), mais especificamente ao redor da marca de masculinidade (Livia, 2001). (Carvalho, 2021).

Todavia, a partir do conceito de “Lugar de Fala”, muitos teóricos começaram a ser criticados por terem produzido ciência a partir de uma cosmovisão masculina branca cristã ocidental e colonialista. Perspectiva esta que tornou a mulher o “outro” do homem, e a mulher negra “o outro do outro” (Kilomba, 2019). Tais críticas nos amparam no questionamento à idéia do masculino como gênero universal, o que nada mais é do que a reprodução da crença colonial do homem (este possuidor do falo) como ser universal, e tudo aquilo que diverge desse “ser” é caracterizado como “outro”, um “tipo específico” de ser. Dito isto, “é preciso submeter a Linguística a uma revisão epistêmica urgente, a partir de um diálogo com a perspectiva dos povos ditos colonizados e das situações políticas contemporâneas” (Severo, 2017).

Em um primeiro momento o “gênero” no que tange à Linguística parece algo natural e quase nunca questionado. Costumamos reproduzir máximas como “concordo em gênero, número e grau” sem sequer refletirmos cada um desses conceitos. Ao aprofundarmos nos estudos sobre “gênero” dentro dos estudos linguísticos, logo nos deparamos com conceitos postulados por Ferdinand de Saussure, em “seu” Curso de Linguística Geral (1916), sobre a arbitrariedade do signo linguístico, que afirma que não há nada que embase a atribuição de gênero masculino para “ventilador” ou feminino para “cama”, diferentemente do que acontece com os seres animados. Seria essa mesma característica que explicaria o fato de palavras como “água” e “fada” serem classificadas como “femininas” em língua portuguesa e “masculinas”

em língua espanhola, por exemplo.

Porém, os pressupostos saussurianos trazem uma cosmovisão em que a língua deve ser o objeto central dos estudos da linguagem, constituindo assim, o que passamos a chamar de Linguística. Essa visão saussuriana de “língua” encara-a como algo universal, imanente, fechado em si mesmo e negligencia os sujeitos como produtores dos atos da linguagem. Esta perspectiva é conhecida como Estruturalista. Embora alguns digam que ela “contribuiu” para “avancarmos” até os estudos mais “modernos/pós-modernos” que trabalham a Sociolinguística e a variação linguística, etc., estas perspectivas também se colocam como universais e ignoram a realidade de povos subalternizados (Spivak, 2010 e Hall, 2009). A Ciência da Linguagem se perpetuou e se propagou como universal, homogêneo, desligado das diversidades e diversas realidades de seus usuários. “Uma das críticas pós-coloniais feitas a qualquer campo do saber diz respeito à aplicação de um modelo epistemológico comum - descritivo e/ou explicativo - a todos os fenômenos, apagando o percurso histórico das singularidades locais.” (Severo, 2017)

Um dos grandes avanços científicos da virada do século XXI, foi o termo “interseccionalidade”, que embora tenha surgido em meados do século XX, foi a partir dos anos 2000 que as pesquisas introduziram tal conceito como fundamento para se observar as mais diversas ciências, sobretudo humanas. Porém, as questões relacionadas às políticas sociais por uma orientação interseccional têm tido pouco espaço dentro dos estudos da linguagem e por muitas vezes sido negligenciada pelos estudiosos da lingua(gem). Diversas teorias e terminologias na “língua” (inclusive a própria ideia de ‘língua’) carregam toda uma herança colonialista (racista, patriarcal e classista) que continuam a serem trabalhadas de forma inquestionáveis (Nascimento, 2019; Kilomba, 2019).

A ciência da linguagem foi fundada sob um paradigma que considerava científico apenas as explicações eurocêntricas, servindo não apenas para determinar o que é língua, como os métodos sobre os quais ela deve ser observada. Concomitante a isso, tudo o que não era pertencente à cultura europeia era considerado inferior, ruim, selvagem, feio, entre muitos outros “adjetivos”. Os traços linguísticos reproduzidos pelos povos colonizados "são objeto de um juízo esteticida, de uma necroestética, que as deixa na exterioridade do não-ser, na exclusão, ao se enquadrá-las como obras estéticas dos povos das culturas coloniais." (Dussel, 2005 *apud* Nascimento, 2019). A tradição linguística se constituiu a partir do conceito de “língua” e metodologias de ensino e de análise pautadas por uma cosmovisão eurocentrada binária (dicotômica, para usar termos Saussurianos) e tem contribuído para o enraizamento de uma cosmovisão binária de gênero. Um trabalho como este que aqui se apresenta é ousado, a

partir do momento em que se insere em uma sociedade cuja norma fora historicamente construída para perpetuar iniquidades sociais. É necessário descolonizar-se.

Para a intelectual Linda Alcoff, para descolonizar-se é necessário atentar-se não apenas para como o colonialismo constrói identidades, mas observar como algumas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas epistemicamente, privilegiando umas em detrimento das demais. “Assim, o projeto de descolonização epistemológica presume a importância epistêmica da identidade porque entende que experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento.” (Alcoff, 2016). A partir da reflexão apresentada pela autora, podemos refletir o quanto a produção e divulgação dos saberes da Linguística moderna é feita de modo desconexo, e que, “essa pretensão universal e generalista da Linguística europeia - em busca de leis aplicáveis à descrição de todas as línguas - é politicamente delicada quando consideramos os contextos linguísticos não-europeus, especialmente dos países colonizados.” (Severo, 2017). Por mais que as pesquisas sobre educação, diversidade, autonomia, tenham ganhado espaço na academia, sobretudo a partir das reflexões freirianas, ainda é o padrão europeu que tem sido imposto - “epistêmica, política e culturalmente” - sobre os povos não-europeus (Severo, 2017). A produção científica que nega a experiência dos povos colonizados, não nos serve, e por isso a importância de fazer ecoar nossas vozes, há muito tempo silenciadas. É necessário fazermos essa crítica, a fim de mudarmos o paradigma vigente, e assim, desestruturar a Ciência, tanto em sua forma como em sua substância.

Os pressupostos trabalhados em sala de aula no ensino de língua portuguesa estão enraizados numa lógica gramatical. A Gramática Tradicional não representa a realidade do povo brasileiro, ela é a língua da dominação. Todavia, não é a língua que falamos que segrega e hierarquiza a sociedade, mas sobretudo o que os linguistas têm feito dela, transformando-a num espaço de exclusão, invisibilização, exclusão, com objetivos puramente coloniais.

E a língua, a identidade linguística, tem sido um mecanismo de dominação fundamental para a colonialidade, entretanto, a língua não é apenas um espaço de colonização, mas também de luta por liberdade [...] e isso não é um problema, se não as regras e novos acordos ortográficos da língua de domínio, dita padrão, que tem servido muito mais para excluir e dominar, do que para emancipar e incluir (Santos, 2021).

Cabe aos estudiosos da língua observarem e colocarem como centro dos seus estudos as manifestações que rompem com a norma, que se distinguem da realidade portuguesa,

aquelas características que nos dá a identidade de "Amefricanos", de "Afro-pindorâmicos". Não se pode acreditar que a educação no Brasil fora construída para incluir se ela mantém como modelo a ser seguido, a realidade de uma pequena e inexpressiva parcela da população - branca binária falocêntrica cristã ocidental, em um contexto sócio-histórico de analfabetismo programado, como "projeto" de nação.

Diferente do que temos vivenciado com o ensino de Literaturas, a Linguística ainda se mantém resistente a uma revisão epistemológica de seu fundamento, indo de encontro ao momento histórico e as demandas sociais emergentes, o que nos faz retomar a questão do quanto as pesquisas que tem se desenvolvido nas universidades em Linguística e/ou Linguística Aplicada estão contribuindo para manter o *status quo* da dominação e de um "sistema econômico que reforça privilégios e assimetrias, favorecendo uns em detrimento de outros" (Severo, 2017). Tais iniquidades fortalecidas pela Linguística foram gestadas no contexto colonial, deixando para segundo plano, por exemplo, a problematização da relação entre língua e poder, língua e economia, as representações dos sujeitos sobre as suas práticas discursivas, os conceitos de língua de diferentes povos, entre outros (Severo, 2017).

A tentativa dos linguistas de se distanciar da sociedade e das implicações de ordem humana para se aproximar de um modelo científico "exato" tem distanciado ainda mais as pessoas, as questões sociais e o interesse pela área de estudo, colocando em xeque a relevância social da Linguística (Severo, 2017). Precisamos urgente, como profissionais comprometidos com a educação e como estudiosos de um campo tão rico e plural que é a linguagem, submeter nossa área de conhecimento a uma "revisão epistêmica urgente, a partir de um diálogo com a perspectiva dos povos ditos colonizados e das situações políticas contemporâneas" (Severo, 2017).

Importante trazer estas informações acerca da Ciência da Linguagem e a imposição ocidental da ideia de gênero, pois tais informações são importantes, sobretudo para nós profissionais da educação, em geral, e do ensino de línguas, em particular, para observarmos o quanto estes pressupostos impostos mantém um status quo de domínio masculino e de exclusão de todas as pessoas que por ventura questionam a ideia de "norma", quer na língua quer na própria corpa. É o que veremos a seguir.

3. “PERMITA QUE EU FALE, NÃO AS MINHAS CICATRIZES”: UMA VIDA MARCADA POR VIOLÊNCIAS, MAS TAMBÉM POR RESISTÊNCIA.

Meu nome é “Matheus”, segundo o que aprendi com meu pai, vem do hebraico e significa “presente de deus”. É importante começar este capítulo com essa informação, pois ela vai dizer muito sobre as expectativas que são criadas em nós antes mesmo de nascer. Sou filho de Eliane da Costa Santos e Francisco Flávio dos Santos, cristãos, e desde muito cedo tive de lidar com a dor de não corresponder ao imaginário de “homem”.

Os fatos que irei narrar a partir de agora falam de experiências minhas, pessoais, subjetivas, mas cuja ideologia bate à porta de muitas outras bixas pocs. Eu gostaria de aqui poder contar uma parte da minha história. Infelizmente perpassada por muitas violências. Trago também nestes escritos a ousadia da professora Dra. Luma Nogueira de Andrade, cujo trabalho, assim como o meu,

surgiu de um interesse também pessoal, pois desde criança sofro com a imposição e segregação dos comportamentos determinados para alunos (as) dos sexos masculino e feminino. Na escola, fui violentamente castigada física e verbalmente quando buscava qualquer tentativa de cruzamento da linha de fronteira que separa o sexo masculino do feminino. A vigília era constante nas brincadeiras, nos brinquedos utilizados, nos gestos (Luma, 2012).

Lembro-me de algumas cenas na minha infância, das quais não consegui esquecer pela forma em que elas me atravessaram, não apenas durante aquele momento, mas por toda a vida. Meu pai, desde a minha infância percebia que meus comportamentos não se encaixavam dentro da expectativa do que se espera de um “homem”, e, por muitas vezes, descontava essa sua frustração em surras intermináveis. Não possuo aquela figura de “amigo de infância”, muito embora reconheça muitas pessoas que nasceram no mesmo período e território que o meu, mas os laços afetivos foram impedidos. Meu pai não me permitia andar com as meninas da rua, pois eu aprenderia seus trejeitos e seria o que se chamava e ainda se chama de “veado/viado”, nem poderia andar com os meninos, pois algo o fazia crer que aquela amizade resultaria numa relação homossexual. O que na verdade meu pai tentava esconder de si e de mim é de que ele desde muito cedo percebia que eu não cumpria com o esperado numa lógica cisheteronormativa.

Produto de séculos de colonização racista e patriarcal, minha família convivia constantemente com a violência e por muitas vezes reproduzimos entre nós. Certa vez, já com

a idade acima dos 10 anos, eu estava na calçada de casa, nuns sacos grandes de areia que ficava na calçada e nos servia como bancos. Meu pai de repente me puxou pela gola da blusa, colocando-me para dentro de casa e começou a me bater. Se é que alguma violência é educativa, aquela nem de longe o seria, pelo contrário, representava agressão, literalmente violência. E eu, a receber pancadas, sem sequer saber o que estava acontecendo, o que eu teria feito para merecer aquilo. Dias depois descobri pela própria boca do meu pai que ele havia feito aquilo porque eu havia me sentado de um jeito que não corresponde ao modo como um menino deveria sentar eu, estava de pernas cruzadas.

São lembranças dolorosas que carrego e que aqui escrevo, e que parecem retomar outras lembranças que estavam adormecidas no subconsciente. Veio-me à memória uma lembrança de minha família. Estávamos indo à igreja - sempre tive doutrinação cristã, por influência do meu pai, mesmo sem interesse algum - quando meu pai me repreendeu, ensinando que existe uma forma certa de “homem” segurar a Bíblia, e a forma como eu estava segurando era forma de mulher - pois parecia uma mãe segurando um filho. Aquela repreensão, bem como aquela metáfora, atualmente se mostra ainda tão presente nas falas de algumas pessoas, muito embora ao escrevê-las pareça algo tão absurdo.

Na igreja, nos ensaios de grupos de adolescentes, posteriormente de jovens, minha voz era aguda demais para fazer parte do grupo de homens, e eu não poderia fazer parte do grupo de mulheres, o que me colocava em um limbo, em um terceiro lugar, não pertencente àquela lógica binária, pois “a tonalidade de voz é considerada em nossa sociedade um dos marcadores que determinam um indivíduo feminino ou masculino, mas isso nega a masculinidade dos homens que têm voz aguda e a feminilidade das mulheres que têm voz grave” (Luma, 2012).

Desde muito cedo, mesmo sem conseguir nomear, sabia que eu não fazia parte do grupo dos homens, nem no grupo das mulheres, dentro ou fora de casa. Procurei na escola um ambiente que me fosse refúgio, um lugar no qual eu pudesse ir e fugir daquele ambiente agressivo. Porém, a escola nunca me ajudou a lutar por liberdade e me sentir “normal”, o discurso de que eu sou “diferente” era fortalecido e reproduzido aos quatro cantos. Sofri diversas agressões físicas dos meninos “machões” da escola, que precisavam demonstrar sua virilidade através da violência contra o meu corpo. Até hoje não consigo jogar esportes que envolvem bola, pois nas aulas de educação física, seja qual for o esporte em que estivéssemos praticando (a maioria das vezes era futsal, o esporte dos “machões”) eu sempre era alvo das boladas, muitas vezes mais comemorados do que gol de fim de campeonato. Sem falar que a

frase “Seja homem!” me perseguia constantemente neste espaço. Segundo a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2015, realizado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 73% de estudantes LGBTQIAPN+ que participaram da entrevista relataram ter sofrido agressões verbais e 36% agressões físicas no espaço escolar (ABGLT, 2016).

No banheiro masculino, o único que a escola permitia o meu acesso, os meninos agiam por diversas vezes de forma agressiva, ofensiva, quer no intuito do desejo e das manipulações de poder falocêntricas, quer no de afirmar que aquele espaço não era pra mim. É curioso esse paradoxo, pois esses mesmos garotos que ora mostravam interesses e procuravam ter relações sexuais comigo nos espaços privados (banheiros, almoxarifados, etc), eram os mesmos que me ofendiam e me agrediam nos espaços públicos (sala de aula, pátio, quadra poliesportiva, corredores e até mesmo na rua).

Tentei outras vezes utilizar o banheiro feminino, acreditando que eu teria uma melhor recepção naquele espaço. Às vezes por protesto com as imposições da escola, outras por ser realmente o mais próximo de onde eu estava e da minha necessidade urgente, utilizava o banheiro feminino. As meninas ao me verem agiam de forma discriminatória e/ou como forma de piada. Feminina demais para ser homem, masculina demais para ser mulher, o mundo foi me colocando num espaço de não-lugar, de não-adequação, afinal, “os alunos gays não são aceitos no banheiro masculino e feminino.” (Luma, 2012). Realmente aqueles lugares não me pertenciam, e por isso o banheiro passou a tornar-se um pesadelo para mim.

Lembro-me das diversas vezes em que eu apanhava de meus pais pela manhã, por ter urinado na cama. Mesmo com 12 ou 13 anos eu ainda urinava na cama e eles acreditavam que eu fazia aquilo por preguiça ou de propósito. À época nem eu mesma sabia imaginar o que de fato se tratava. Hoje percebo que eu prendia tanto a urina ao longo do dia que eu não conseguia controlar durante o sono. Quando nos sentimos inseguras ou constrangidas no espaço educacional, é comum que evitemos alguns locais ou atividades específicas onde costumamos nos sentir rejeitadas (ABGLT, 2016).

Os últimos relatos relacionados às práticas esportivas, às aulas de educação física e o uso de banheiros e vestiários ganhou ainda mais evidência quando me deparei com o dado de que “os locais que estudantes LGBTQIAPN+ evitavam com mais frequência eram as instalações esportivas ou as aulas de educação física e os banheiros da instituição educacional, com mais de um terço evitando cada um desses espaços” por conta da insegurança e do constrangimento (38,4% e 36,1%, respectivamente). Mais de 25% de estudantes

LGBTQIAPN+ também afirmaram que evitavam os vestiários (30,6%) e um quinto evitava quadras ou instalações esportivas da instituição educacional (22,1%)” (ABGLT, 2016).

Trouxe estes relatos de minha trajetória para refletir o quanto a imposição de gênero e a ideia de “seja homem” foi uma violência que me marcou ao longo da vida em todos os espaços em que eu me colocava a ocupar, das mais diversas formas. Sentia-me sem ter pra onde ir. Nem a casa, a igreja e a escola estavam abertas a me receber, a dialogar com minha experiência e realidade de vida. Para muitas de nós, a escola torna-se um lugar bastante repressor da sociedade, por tratar a dissidência de gênero como um erro e por tentar nos excluir física e simbolicamente (Luma, 2012).

Segundo Luma,

[...] não existe indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala em escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar evasão de expulsão, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia”. (Bento, 2011 *apud* Luma, 2012).

Infelizmente, muitas de nós somos expulsas do espaço escolar por conta dessas e de muitas outras violências às quais nossas corpos estão sujeitas, mas eu encontrei um lugar dentro dela, um tanto quanto esquecido por estas pessoas, no qual eu poderia não apenas ser quem eu sou, mas fugir destas pessoas, onde elas não iriam jamais me encontrar, pois não gostavam de frequentar aquele lugar - a biblioteca. Foi a literatura quem me ajudou a permanecer naquele espaço, onde consegui confiança de alguns professores e da coordenação e pude utilizar disso para intimidar quem tentasse me fazer algum mal, o que de certa forma funcionou, embora as violências nunca deixassem de acontecer, a literatura foi me empoderando para enfrentá-las. Lembro-me do poeta fortalezense e amigo Jardson Remido, quando ele diz que “A Literatura te tira do tiro e da viatura” (Remido, 2017).

Através das muitas leituras, fui me destacando no espaço escolar, ganhando a confiança da gestão escolar, dos professores, bem como me destacando em provas e seleções. Essa também foi uma estratégia de me impor naquele espaço, uma vez que eu conseguia certas vezes mediar as relações de violência através de vendas de “pescas”, ou de realizar trabalhos com alguns desses meninos.

Em 2013, fiz uma prova para concorrer a uma bolsa de estudos numa das “melhores”

escolas de ensino privado em Fortaleza. Lá, o *racismo generizado*²⁷ apresentou-se de forma simbólica. Havia um costume da instituição de entregar um cartão de felicitações no dia do aniversário da pessoa estudante e cada estudante da turma assinar e escrever mensagens de felicitações. No dia do meu aniversário, meu cartão estava cheio de mensagens de cunho preconceituoso e de insinuações sexuais minhas em relação a outros colegas da turma, de forma a desmoralizá-los, e a mim.

Um ano após concluir o ensino médio, tive minha aprovação no Instituto Federal do Ceará (IFCE), para cursar Matemática. Durante os dois anos que resisti nesse curso tive de ouvir diversas vezes que eu deveria mudar de postura, pois “não existe professor de matemática gay”, era muito comum me associarem ao curso de Teatro. Numa viagem de campo da componente “História da Educação no Brasil”, estudantes do meu curso foram conversar em particular com a professora para que eu fosse no ônibus de outro curso que não o meu, o teatro no caso, pois, segundo eles, eu me sentiria mais à vontade com estudantes de teatro e eles temiam que eu ameaçasse a moral deles com minha presença. Sem falar nas diversas vezes em que tive de apresentar trabalhos acadêmicos, que deveriam ser em grupo, só, porque eu sempre sobrava nas escolhas dos grupos, e muitos deles não me queriam em seus grupos. Grande parte de estudantes LGBTQIAPN+ vivenciam isso nos espaços educacionais, é o que revelam os dados levantados pela ABGLT: 76,8% de estudantes LGBTQIAPN+ relataram que se sentiram propositalmente excluídas por semelhantes (ABGLT, 2016).

Durei apenas dois anos no curso, pois foi nesse período em que fui expulsa de casa, ao explicitar minha sexualidade e tive de procurar trabalho para conseguir alugar algum lugar para morar. Antes de decidir “abandonar” o curso e a instituição, resisti, morando em algumas praças pela cidade, até decidir morar na própria instituição, pois eu defendia que a Instituição deveria se responsabilizar por essa condição. Em vez de apoio, o que encontrei foi um aumento de perseguições sistemáticas. O que resultou na minha saída do IFCE. Que não me recaia o jugo de romantizar a situação em que eu me encontrava, e que muitas outras pessoas LGBTQIAPN+ ainda passam, acredito que esse momento de abandono e de situação de rua que passei foi importante para meu processo de amadurecimento e de criticidade.

Hoje, estou concluindo minha graduação em Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, e é

²⁷ (Missiato, 2021)

através deste projeto de contra-narrativas que busco construir pontes para uma educação cada vez mais comprometida com a Liberdade e de uma pedagogia engajada focada em TRANSgredir (hooks, 2017). Um conto iorubano diz que “Exú acertou um pássaro ontem, com uma pedra que ele só lançou hoje”, sendo assim, acredito que as contribuições dos nossos ancestrais nos possibilitaram e possibilitam estar aqui, construindo o nosso futuro. É através de percurso já trilhado por Lélia Gonzalez, Franz Fanon, bell hooks, nossos ancestrais, e pela continuidade trilhada por Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Oyeronke Oyewumi, Gabriel Nascimento, Luma Nogueira de Andrade, e muitas outras pessoas que me ajudaram e ajudam a compreender como os mecanismos da colonialidade se comportam também através da língua/linguagem/discurso, etc.

Foi e é por todas essas vivências que na vida acadêmica e na árdua tarefa de construir um trabalho de conclusão de curso, surge a necessidade de ser *subject* (Kilomba, 2019) e ecoar minha voz a partir do meu lócus de enunciação, ou melhor, do meu lugar de fala (Ribeiro, 2018). Assim como Kilomba, “Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nós possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana” (Kilomba, 2019, p. 21).

Ciente da responsabilidade que me cabe como profissional da educação, adoto o uso da Linguagem Não-Binária como ferramenta pedagógica em sala de aula, de modo a fazer-me voz, de modo a ecoar vozes de resistência, coros de liberdade, capazes de reconhecer os impasses linguísticos e sociais que certos conceitos e regras gramaticais possuem em “Língua Portuguesa” que mais reforçam as desigualdades e acentuam-nas que ajudam a sanar este problema social.

4. ENSINANDO A TRANSGREDIR: O USO DA LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE TRANSGRESSÃO

Eu poderia dizer que é neste último capítulo que se encontra o X da questão. A partir dos contributos da professora bell hooks cada dia mais me convenço de que "a educação tem a ver com a prática da liberdade" (hooks, 2017). As provocações que venho realizando até que "refletem o esforço de usar a linguagem de modo a levar em conta os contextos específicos, bem como meu desejo de me comunicar com plateias diversificadas. Para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos." (hooks, 2017).

O professor Rajagopalan já denunciava em seu livro *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética* que as “autoridades” linguísticas têm ignorado as marcas identitárias presentes nos atos de fala, e que o distanciamento da realidade linguística com o ensinado nos compêndios gramaticais, somados a um desconhecimento por parte dos falantes sobre o papel do linguista, tem colocado em risco a saúde da Linguística. Preocupado com uma maior democratização dos estudos da linguagem, o autor afirma ser necessário mais que uma promoção das pesquisas em linguagem acessível, “é preciso também rever alguns postulados fundadores da disciplina.” (Rajagopalan, 2003).

Sendo assim, percorro a proposta pedagógica da professora bell hooks, ao pensar "um ensino que permita a TRANSGressão - um movimento contra as fronteiras e para além delas", movimento este que para a pedagoga transforma a educação na prática da liberdade (hooks, 2017). Outras intelectuais também invocam a necessidade de se construir uma epistemologia que nos conduza à liberdade, tais como Dussel (2005), Alcoff (2016) e hooks (2017). Opto por acolher a crítica apresentada por Rajagopalan (2003) e acolhê-la na perspectiva pedagógica de bell hooks, pois segundo esta, “para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos.” (hooks, 2017).

É compromisso ético, como profissionais da educação, posicionar as nossas análises e as nossas metodologias, sobretudo em um contexto político em que o conservadorismo tem se organizado para combater quaisquer propostas e projetos que abordem questões voltadas à diversidade sexual e de gênero. “é possível dar aula sem reforçar os sistemas de dominação existentes.” (hooks, 2017).

A educação que temos recebido e transmitido “não era e nunca é politicamente neutra

... nenhuma educação é politicamente neutra.” (hooks, 2017). Sendo assim, optar por desenvolver um ensino de língua que se aproxime da realidade de cada estudante, de forma transgressora, é defender que assim “como o desejo, a língua rebenta, se recusa a estar contida dentro de fronteiras” (hooks, 2017).

Durante a pandemia tive a oportunidade de cursar a componente curricular de Estágio de Observação em Literaturas no Ensino Fundamental e Médio, numa escola pública da periferia de Fortaleza, em um dos bairros com menor IDH da cidade, uma pessoa estudante ao se apresentar falou: “Tio, quais os seus pronomes? Tu tem cara de Elu/Delu”. Aquilo me pegou de surpresa pois eu acabara de chegar na escola, sequer havia me apresentado como uma pessoa não-binária, porém meu corpo, minhas vestes, meus jeitos denunciavam tal não-conformidade com os padrões de gênero impostos. A surpresa se tornou ainda maior por eu afirmar tal identidade sem nunca ter questionado quais os meus sistemas pronominais. Costumo sempre dizer que meu nome é “Matheus”, o artigo que foi acrescentado ao meu nome vai dizer muito mais sobre a pessoa do que sobre mim mesmo, afinal, sou apenas “Matheus”, mas naquele momento eu percebi sobre a importância de dar visibilidade a esses sistemas estruturados de Linguagem Não-Binária.

Na ocasião eu estava a analisar a sub-representação da população negra e das contribuições africanas e afro-diaspóricas, e pude nestas observações perceber também que as “questões de gênero e sexualidade são descaradamente silenciadas nos livros didáticos” (Moses, 2021). Trazendo à memória a minha experiência educacional e meu contato com os mais diversos livros didáticos reafirmo que, “em geral, os materiais de ensino de português só apresentam paradigmas heteronormativos e cisgêneros” (Moses, 2021 - meu caderno). Esse acúmulo de experiências em sala de aula, quer como estudante quer como docente, me fez perceber que dentro das instituições de ensino a minha fala tem sido silenciada, minhas inquietações nas aulas de graduação, e antes mesmo dela, não são ouvidas. Foram e são esses silenciamentos que construíram e constroem minha pedagogia, tal qual hooks, “minha pedagogia foi moldada como uma resposta a essa realidade” (hooks, 2017).

A “língua” ensinada na escola não pertence às pessoas subalternizadas. Parafraseando a filósofa feminista Gaiatry Spivak (2010), podem as pessoas subalternizadas falarem? A língua que nos impõem cotidianamente nos espaços escolares é a língua da dominação, da dominação do homem cis branco hetero cristão ocidental. A perpetuação deste ensino normativo, pautado numa gramática há muito e por muitos questionada, é o tapete para qual se varrem muitas outras línguas/linguagens (hooks, 2017), e impedir que (re)conheçamos as

nossas heranças através da língua/linguagem é nos podar de termos referências para além das fronteiras normativas.

Reafirmar que ensinamos “Língua Portuguesa” nos é violenta das mais diversas formas, é a reafirmação de um domínio colonial e um genocídio dos povos afro-pindorâmicos que aqui estão e que resistem com seus traços, jeitos, costumes, leis, ritmos, sonoridades, gingados, dentro e fora da língua. Para mudar este cenário há diversos outros modos de analisar a “língua” falada e escrita no Brasil, como o Português Brasileiro (Bagno, 2009), o Brasileiro (Ferreira, Silva e Tea, 2022) e o Pretuguês (Gonzalez, 1988; Nailton²⁸, 2021; Santos, 2021). Costumo dizer que eu trabalho com o ensino do “Pretugays”, como uma forma de visibilizar as diversas contribuições linguísticas e culturais das bixas pocs, ao longo da nossa história de resistência colonial, uma destas contribuições é a Linguagem Não-Binária.

Mas o que é a Linguagem Não-binária? A linguagem Não-Binaria é "uma linguagem que abarca pessoas cujas identidade de gênero não são designadas pelos compostos binários homem ou mulher, partindo-se do pressuposto que a diversidade de identidade compõe múltiplas performatividades de gênero" (Covas, 2021 *apud* Moses, 2021). Adotar o uso desta linguagem "supõe a criação de estruturas gramaticais que não atribuem um gênero gramatical aos seres humanos no discurso" (Moses, 2021). Se existe uma série de pessoas que não se identificam dentro dos binarismos de gênero (homem/mulher), já é motivo suficiente para testarmos os limites da nossa gramática e construirmos novas ferramentas expressivas (Moses, 2021).

É interessante dizer que apesar de falarmos em “Linguagem Não-Binária”, no singular, mas na verdade é um termo guarda-chuva para uma série de sistemas em constante construção, como o sistema *ile*²⁹, o sistema *elu*³⁰, além de diversos manuais que abordam o uso de uma linguagem mais inclusiva³¹ e que rompa com o binarismo de gênero. Do mesmo modo é importante salientar que não se trata de um caso específico do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, na França, por exemplo 314 profissionais da educação, dos mais diversos níveis assinaram uma carta onde comprometem-se a não mais ensinar a regra gramatical do

²⁸ Opto por nomeá-lo dessa forma, embora nas referências apareça conforme regra ABNT, como método de escrita contra-colonial.

²⁹ Manifesto ilê para uma comunicação radicalmente inclusiva, Zanella & Bertucci, 2014

³⁰ Sistema elu, guia para "linguagem neutra, 2019", Cassiano, 2019

³¹ Ferreira, Silva e Tea, 2022; Profissas, s/d; Toledo *et al*, 2014; Valente, 2020.

masculino genérico, “nous n’enserignerons plus que ‘le masculin l’emporte sur le féminin’”³², uma vez que tal regra reforça uma lógica de dominação masculina, que subjuga a mulher a um ser inferior ao homem. “Essa invisibilidade da mulher é preocupante, pois vinda de uma escola é pedagógica, no pior sentido do termo, mantendo uma cultura machista e preconceituosa” (Luma, 2012). Sendo assim, “D’autres mesures travaillant à l’expression d’une plus grande égalité dans la langue sont nécessaires, mais le plus urgent est de cesser de diffuser cette formule qui résume la nécessaire subordination du féminin au masculin.” (SLATE, 2017). Colocar-se à disposição de trabalhar a linguagem não-binária é assumir que apesar da gramática normativa não aceitar este fenômeno, ele faz parte da nossa cultura de modo inegável, e que pode ser uma medida capaz de contribuir contra a expulsão escolar, os altos índices de violência nas escolas e, principalmente, “contribuir para o sucesso acadêmico ³³ de estudantes LGBTQIAPN+” (Moses, 2021 - adaptação própria); É assumir o compromisso ético de criar materiais que abordem tais conteúdos, uma vez que não temos conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero nos materiais didáticos trabalhados nas escolas. Gongar com o binarismo de gênero é romper com a estrutura gramatical com a inserção de uma categoria não binária de gênero para visibilizar este corpo-político não-binário é mais que uma mudança linguística, mas, acima de tudo, uma mudança sócio-político-linguística (Rezende, 2018).

³² “Nós não ensinaremos mais que o masculino sobrepõe o feminino.” (tradução própria). Disponível em: <<https://www.slate.fr/story/153492/manifeste-professeurs-professeures-enseignerons-plus-masculin-emporte-sur-le-feminin>>

³³ “Outras medidas que trabalhem em prol de uma maior igualdade na linguagem são necessárias, mas o mais urgente é parar de difundir esta fórmula que sintetiza a necessária subordinação do feminino ao masculino.” - Tradução própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como temos defendido, a cara da Ciência mudou. Dantes um espaço ocupado em sua totalidade por homens brancos, hoje, através de diversas políticas de ações afirmativas e assistências sociais, cada vez mais tem enegrecido e afeminado este espaço e as suas produções. Todavia, precisamos ir além. É necessário que as Ciências em geral, e a Ciência da Linguagem passe por um processo de envidescimento, como reparação a toda a violência sofrida por pessoas que não se enquadram na lógica social (e linguística) da cisheteronormatividade. Gênero, como muito bem apresentado pela socióloga oxunista nigeriana Oyeronke Oyewumi, é “uma construção social”.

Dito isto, dedico o primeiro capítulo deste trabalho para apresentar outras percepções (ou não-percepções) de “gênero” - fundamento das sociedades modernas ocidentais, apresentando o Iorubá como uma sociedade cujas bases civilizatórias não são construídas através de binarismos de gênero. Para isso, aponto-me nos escritos da pesquisadora oxunista e socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi para apresentar uma cosmopercepção³⁴ africana que contraponha e questione o lugar do “gênero” nas sociedades ocidentais e no ensino de língua no Brasil. Como pessoa de terreiro e não-binária, parto de uma cosmopercepção iorubana de *sociobiointeração*³⁵.

O binarismo de gênero, para além de uma imposição ocidental, é uma violência com todas as pessoas, não somente com quem rompe com a norma, mas até mesmo com quem passa uma vida toda de privações para se adequar a determinados modelos sociais. Como narrado a partir da minha trajetória, do nascimento ao longo da vida, quer em casa, na rua, na igreja ou na escola, os comportamentos de gênero são impostos na língua e na sociedade a todo o momento, legitimando uma *necropolítica*³⁶ às pessoas LGBTQIAPN+.

Fala-se tanto em uma educação emancipatória, inspiradas nas filosofias pedagógicas de Paulo Freire, ou mais recentemente nas contribuições insurgentes de bell hooks, mas poucas ferramentas se têm construído para a valorização das contribuições dos povos afro pindorâmicos, das mulheres, das pessoas LGBTQIAPN+, das PCDs, etc., na construção das riquezas materiais e imateriais do nosso país, conhecimentos descentralizados do eixo euro

³⁴ A escritora Oyeronke Oyewumi usa o termo “cosmopercepção” em contraponto ao comumente utilizado “cosmovisão”, por acreditar que este limita e privilegia um sentido, a visão, na leitura do mundo em relação àquele.

³⁵ Uma ampliação dos conceitos já mencionados de cosmovisão e cosmobiopercepção a partir de uma filosofia das encruzilhadas, para mais ver Pereira, 2021.

³⁶ Mbembe, 2018

norte-americano, a fim de combater as iniquidades sociais presentes na sociedade e transplantados para o ensino de línguas (sobretudo a partir da constituição daquilo que chamamos de norma padrão) e de literaturas (principalmente quando pensamos literatura a partir do cânone). Pelo contrário, o que temos visto é uma negligência ao caráter sexista, misógino, racista, capacitista e reproduzidor de iniquidades sociais da “língua”.

Ter acesso a um conteúdo que valorize as contribuições LGBTQIAPN+, que seja capaz de narrar experiências comuns a partir de um currículo inclusivo além de possível é urgente, sobretudo em um contexto como o nosso de um país paradoxal que deseja e extermina estas corpos. Após períodos de grandes ataques educacionais, de um negacionismo científico e de uma pedagogia militarizada em voga, faz-se necessário repensarmos nosso saber-fazer, nosso ambiente educacional. Precisamos cada vez mais formar profissionais da educação capazes de atender com dignidade a todas as pessoas a fim de se criar um ambiente mais acolhedor.

É complicado falar em considerações finais, uma vez que este trabalho não se encerra por aqui, pelo contrário, ele é só mais um de muitos trabalhos que estão a emergir a fim que a Ciência da Linguagem e as práticas pedagógicas possam mudar. O Brasil segue liderando o ranking de mortes de pessoas LGBTQIAPN+, os dados de violência na escola apresentados até aqui, conduzidos pelas minhas escrivências, são suficientes e exigem respostas.

Cabe a nós, linguistas, professores, gestores e estudantes decidirmos se vamos nos manter em silêncio, em omissão, repousando em berços esplêndidos, sendo cúmplices de toda a sorte de discriminação, preconceito e violência. Como modo de permanecer em Onjango, em circularidade, retomo à epígrafe deste trabalho, com o poema de Conceição Evaristo “Vozes Mulheres”. Neste poema a escritora narra a história de violências e silenciamentos de suas antepassadas, mas deposita na voz da filha as esperanças de liberdade. Sendo assim, que minha voz e as de minhas irmãs não-binárias possam se fazer ouvir e ecoar cantos de liberdade, cantos de transgressão dentro e fora da sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ABRALIN. **Linguagem não-binária: potências, limites e caracterização**. YouTube, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/aTY0Bl2uf2Q> Acesso em 09.jan.2023.
- ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> Acesso em: 09.jan.2023.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. SP: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALCOFF, Linda Martín. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Revista Estado e Sociedade, Brasília, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Fortaleza, 2012.
- BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- CARVALHO, Dannel. **Sobre gênero e a invenção de um pronome não-binário**. UFAL, 2021.
- CASSIANO, Ophelia. **Guia para “Linguagem Neutra” (PT-BR)**. Linguagem Neutra (PT BR), 2019. Disponível em: <https://medium.com/guia-paralinguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b> Acesso em: 20.jul.2020.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. São Paulo: CLACSO, 2005
- ELER, Guilherme. **O que é o pajubá, a linguagem criada pela comunidade LGBTQIAPN+**. Super Interessante, 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/o-que-e-o-pajuba-a-linguagem-criada-pela-comunidade-LGBTQIAPN/>. Acesso em: 17.nov.2022.
- EMICIDA. **Amarelo - É Tudo Pra Ontem**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2020

ESCREVIVÊNCIA (Evaristo, Conceição. Produção: Leituras Brasileiras, 2020.[S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (23:17min) Publicado pelo canal Leituras Brasileiras. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>>; Acesso em 10. jan. 2023.

FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. [S/l]: Points, 1952.

FERREIRA, Joaquim Gomes; SILVA, Luane Mota da; TEA, Marcelo. **Re-conhecendo as literaturas negro-brasileanas: caminhos possíveis para o ensino de literaturas de autoria negra**. Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://linktr.ee/negrobrasileanas> Acesso em: 08.jan.2023

FREITAS, Cadu. **Especialistas apontam por que o Ceará é um dos estados mais é um dos estados mais violentos para LGBTQIAPN+s**. G1 Ceará, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/05/17/especialistas-apontam-por-que-o-ceara-e-um-dos-estados-mais-violentos-para-LGBTQIAPN+s.ghtml> Acesso em: 17.nov.2022

GONZALES, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1988.

GRIMSON, Alejandro. **La antropología latinoamericana ante la violencia de la incomprensión**. Vibrant, Virtual Braz. Anthr., Brasília, v.16, e16751, 2019

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. BH: Editora da UFMG, 2009.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de Liberdade**. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALUNGUINHO, Erica. **Em 3 anos, deputados apresentaram mais de 120 PLs antiLGBTQIAPN+I+ nos estados**. Instagram, 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cgm_dwLvXkh/?igshid=Yzg5MTU1MDY=>; Acesso em: 16. jan. 2023

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRA, Célio Silva. **LINGUAGENS PAJUBEYRAS: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade**. ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Volume 4, número 7, Janeiro – Junho, 2019.

MISSIATTO, Leandro Fonseca. **Colonialidade Normativa**. Curitiba: Appris, 2021.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar: gênero, sexualidade, raça e classe social**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2022.

MOSES, Robert Fritz. Uma proposta para o estudo da linguagem neutra nas aulas de PLE. *In*: YAMASHITA, Lucila; FORTE, Graziela; VILLELA, Camilla Wootton. **Anais II Congresso online de PLE: a diversidade no ensino de PLE**. SP: Editora GNF, 2021

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. BH: Letramento, 2019.

OYEWUMI, Oyeronke. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

OYEWUMI, Oyeronke. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. *In*: OYEWUMI, Oyeronke. **The invention of Women - making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota, 1997.

PEREIRA, Lincoln de Jesus Alencar. **Exú nas escolas - uma proposta educacional antirracista**. MG: Editora Escola Cidadã, 2021.

QUEBRADA, Linn da. **Pajubá**. Badsista, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZyQwAcodhfo&ab_channel=Flavichansamuraimusicinvestigator Acesso em: 08.jan.2023

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

REMIDO, Jardson. **Poesia na Praça**. Slam da Quentura. Sobral, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DSmrrPvl0B8&ab_channel=ColetivoMarc Acesso em 10.jan.2023.

REZENDE, Tania Ferreira. **Desobediência linguística: por uma epistemologia liminar que rasura a normatividade da língua portuguesa**. Revista Porto das Letras, Vol 4, N 1, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: Modos e significados**. BSB: UnB, 2015

SANTOS, Matheus da Costa. **Pretuguês: as heranças linguísticas africanas e o projeto de embranquecimento no Brasil**. Semana Universitária: UNILAB, 2021

SEVERO, Cristine Gorski. Pós-colonialismo e Linguística: relação (im)possível? *In*: ZOLIN-VESZ, Fernando. **Linguagens e decolonialidades no mundo contemporâneo**. v. 2. Campinas: Pontes Editores, 2017.

SILVA, Francisco Nailton Pereira da. **Construindo pontes para o ensino de língua portuguesa:** uma proposta raciolinguística de ensino a partir da realidade de docentes de uma escola de ensino médio regular em Horizonte-CE. 2021. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Linguagens e Literatura. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

SLATE. **Nous n’enseignerons plus que ‘le masculin l’emporte sur le féminin’.** França: 2017. Disponível em: <<https://www.slate.fr/story/153492/manifeste-professeurs-professeures-enseignerons-plus-masculin-emporte-sur-le-feminin>> Acesso em 18.jan.2023

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. BH: Editora da UFMG, 2010.

VALENTE, Pedro. **Sistema Elu, Linguagem Neutra em Gênero.** Dezanove, 2020. Disponível em: <https://dezanove.pt/sistema-elu-linguagem-neutra-em-genero-1317469> Acesso em 20.jan.2023